A (de)formação do psicanalista sob a gramática neoliberal[1]

Diêgo Alves Fernandes, Jacqueline de Oliveira Moreira
e Camila Fernandes Magalhães

Resumo

Propõe-se, neste ensaio de reflexão teórica, discutir os efeitos da gramática neoliberal sobre a formação do psicanalista e sobre o sujeito que se apresenta na clínica contemporânea. Tomando o atendimento *online* como ponto de inflexão privilegiado dessa relação, na medida em que intensifica os imperativos de imediatismo, disponibilidade e otimização que a caracterizam. Parte-se da constatação de que proliferam, no Brasil, cursos rápidos de psicanálise e mesmo um bacharelado na área, todos operando sob a lógica do "empreendedor de si" e prometendo formação ágil, certificação imediata e sucesso profissional. Em paralelo, analisandos chegam às clínicas marcados por esses mesmos imperativos, demandando soluções rápidas e eficazes para o sofrimento. Nesse contexto, o artigo examina duas questões articuladas: por um lado, de que modo manejar a demanda de um sujeito cuja posição subjetiva se encontra modulada por essa gramática; por outro, como sustentar uma formação do analista que preserve sua dimensão ética quando atravessada pela lógica mercantil. A hipótese central é que esse sujeito, ao chegar à clínica imerso na lógica do empreendedor de si, revela simultaneamente os riscos de cooptação da psicanálise e as condições de possibilidade de sua resistência, desde que a experiência analítica não seja reduzida a um recurso de gestão de si, nos moldes de uma ortopedia da alma orientada à adaptação ao mercado.

Palavras-chave:

Gramática neoliberal; Formação do psicanalista;
Clínica psicanalítica; Empreendedor de si.

The (de)formation of the psychoanalyst under the neoliberal grammar

Abstract

This theoretical reflection essay aims to examine the effects of neoliberal grammar on the formation of the psychoanalyst and on the subject who presents themselves

1 Este artigo é parte do capítulo de uma tese de doutoramento realizada pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

in contemporary clinical practice, taking online sessions as a privileged inflection point of this relationship, insofar as they intensify the imperatives of immediacy, availability, and optimization that characterize it. The starting point is the observation that short-term psychoanalysis courses and even an undergraduate degree in the field are proliferating in Brazil, all operating under the logic of the "entrepreneur of the self" and promising rapid training, immediate certification, and professional success. At the same time, analysands arrive in the clinic marked by these same imperatives, demanding quick and effective solutions to their suffering. In this context, the article examines two interrelated questions: on the one hand, how to handle the demand of a subject whose subjective position is shaped by this grammar; on the other, how to sustain a formation of the analyst that preserves its ethical dimension when traversed by market logic. The central hypothesis is that this subject, arriving at the clinic immersed in the logic of the entrepreneur of the self, reveals both the risks of co-opting psychoanalysis and the conditions for its resistance, provided that the analytical experience is not reduced to a resource for self-management, in the form of an "orthopedics of the soul" oriented toward adaptation to the market.

Keywords:
Neoliberal grammar; Psychoanalyst formation;
Psychoanalytic clinic; Entrepreneur of the self.

La (de)formación del psicoanalista bajo la gramática neoliberal

Resumen

Este ensayo de reflexión teórica se propone examinar los efectos de la gramática neoliberal sobre la formación del psicoanalista y sobre el sujeto que se presenta en la clínica contemporánea, tomando la atención online como punto de inflexión privilegiado de esta relación, en la medida en que intensifica los imperativos de inmediatez, disponibilidad y optimización que la caracterizan. Se parte de la constatación de que proliferan en Brasil cursos rápidos de psicoanálisis e incluso una licenciatura en el área, todos operando bajo la lógica del "emprendedor de sí" y prometiendo formación ágil, certificación inmediata y éxito profesional. Paralelamente, los analizantes llegan a la clínica marcados por esos mismos imperativos, demandando soluciones rápidas y eficaces para su sufrimiento. En este contexto, el artículo examina dos cuestiones articuladas: por un lado, cómo manejar la demanda de un sujeto cuya posición subjetiva se encuentra modulada por esta gramática; por otro, cómo sostener una formación del analista que preserve su

dimensión ética cuando es atravesada por la lógica mercantil. La hipótesis central es que este sujeto, al llegar a la clínica inmerso en la lógica del emprendedor de sí, revela simultáneamente los riesgos de cooptación del psicoanálisis y las condiciones de posibilidad de su resistencia, siempre que la experiencia analítica no se reduzca a un recurso de gestión de sí, en los términos de una "ortopedia del alma" orientada a la adaptación al mercado.

Palabras clave:
Gramática neoliberal; Formación del psicoanalista;
Clínica psicoanalítica; Emprendedor de sí.

La (dé)formation du psychanalyste sous la grammaire néolibérale

Résumé

Cet essai de réflexion théorique propose d'examiner les effets de la grammaire néolibérale sur la formation du psychanalyste et sur le sujet qui se présente dans la clinique contemporaine, en prenant la consultation en ligne comme point d'inflexion privilégié de cette relation, dans la mesure où elle intensifie les impératifs d'immédiateté, de disponibilité et d'optimisation qui la caractérisent. Il part du constat que des formations rapides en psychanalyse et même une licence dans le domaine prolifèrent au Brésil, toutes opérant selon la logique de « l'entrepreneur de soi » et promettant une formation rapide, une certification immédiate et la réussite professionnelle. Parallèlement, les analysants arrivent en clinique marqués par ces mêmes impératifs, demandant des solutions rapides et efficaces à leur souffrance. Dans ce contexte, l'article examine deux questions articulées : d'une part, comment manier la demande d'un sujet dont la position subjective est modulée par cette grammaire ; d'autre part, comment soutenir une formation de l'analyste qui préserve sa dimension éthique lorsqu'elle est traversée par la logique marchande. L'hypothèse centrale est que ce sujet, arrivant en clinique immergé dans la logique de l'entrepreneur de soi, révèle à la fois les risques de captation de la psychanalyse et les conditions de possibilité de sa résistance, à condition que l'expérience analytique ne soit pas réduite à une ressource de gestion de soi, sous la forme d'une « orthopédie de l'âme » orientée vers l'adaptation au marché.

Mots-clés :
Grammaire néolibérale ; Formation du psychanalyste ;
Clinique psychanalytique ; Entrepreneur de soi.

Introdução

Basta uma rápida pesquisa na internet por sites de venda de cursos para nos depararmos com anúncios que seguem uma fórmula sedutora como os exemplos a seguir demonstram: "Terapia *express*: encontre um eixo praticável para os próximos 30 dias em apenas uma semana". Ou ainda, "Psicologia *express*" e "Psicoterapia *express*: seu tempo está muito curto e você gostaria de um trabalho intensivo e mais rápido?".

Essa lógica, presente em diferentes perspectivas do cuidado psíquico, também encontra eco na psicanálise, revelando uma verdadeira "virada neoliberal" no campo da formação e da clínica. Ocorre um movimento de retroalimentação: na mesma medida em que se multiplicam tecnologias de cuidado e discursos afinados com as premissas neoliberais, aumentam os sujeitos atravessados por essa lógica que buscam os chamados serviços "*express*". O mercado forma subjetividades que, por sua vez, demandam os produtos que ele próprio oferece, fechando um circuito no qual a clínica corre o risco de se tornar mais um dispositivo de gestão do sofrimento a serviço da *performance*.

Um exemplo emblemático disso é o surgimento, no Brasil, de um bacharelado em psicanálise. Oferecido por uma instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), o curso de 48 meses com o incentivo à continuidade formativa por meio da própria análise pessoal, apresentada, nesse contexto, não como exigência ética da formação, mas como etapa complementar sugerida ao estudante. Em outros termos, há uma mediação institucional que passa a induzir a busca pela análise, deslocando-a de uma interrogação subjetiva do sintoma, para um elemento complementar da formação. A instituição ostenta a conquista com orgulho: "pioneirismo nacional: primeiro curso de graduação em psicanálise reconhecido no Brasil". A novidade, porém, suscita debates acalorados sobre a natureza da transmissão da psicanálise, historicamente vinculada a uma formação em *escolas* fora dos moldes universitários tradicionais.[2]

2 O *Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras* constitui um coletivo interinstitucional criado em 2000, reunindo diversas instituições de orientação teórico-clínica heterogênea, com o objetivo de defender a especificidade da formação psicanalítica diante das recorrentes tentativas de regulamentação estatal. Sua atuação tem sido decisiva no campo político-legislativo brasileiro, incluindo a mobilização que levou ao impedimento do Projeto de Lei (PL) nº 3.944/2000 e a oposição a iniciativas posteriores, como o PL nº 64/2009, o chamado Ato Médico (2013), o Projeto de Lei do Senado nº 174/2017 e a Sugestão Legislativa nº 40/2019. Mais recentemente, o Movimento tem se posicionado de forma contundente diante da criação de um bacharelado em psicanálise, entendido como uma iniciativa que contraria a tradição histórica da formação psicanalítica no Brasil e no mundo. Sustenta-se, nesse contexto, que a psicanálise não é passível de regulamentação nem de certificação antecipada, uma vez que sua prática depende de um rigor ético e lógico próprio, fundado em uma formação permanente e singular, tradicionalmente sustentada pelo tripé análise pessoal, supervisão e estudo teórico. Nessa perspectiva, a oferta de uma graduação que pretenda garantir o exercício da psicanálise é considerada enganosa, na

Paralelamente, uma infinidade de cursos a distância promete, em um passe de mágica, a "cobiçada carteira de psicanalista". Um anúncio típico exemplifica essa tendência: "Curso de Psicanálise Clínica *Online*: o curso de psicanálise com o melhor custo benefício do Brasil! Conheça agora o curso que vai te formar psicanalista em pouco tempo, gastando pouco e aprendendo muito. Aulas, dicas e orientações totalmente *online*". Já outro diz o seguinte: "Abrir consultório de psicanálise: dicas para o sucesso". Em todos esses exemplos, a promessa é clara: "formar" alguém psicanalista de forma rápida, fácil, acessível e, acima de tudo, bem-sucedida. Trata-se de um sujeito inscrito no que denominamos aqui de "gramática neoliberal",[3] na qual impera a figura do "empreendedor de si" (Dardot & Laval, 2016). A esse sujeito não é dado o direito de fracassar; ao contrário, ele deve superar-se a cada novo empreendimento.

Como salientam Dardot e Laval (2016, p. 321), inúmeros psicanalistas, dentre os quais nos encontramos, relatam receber em suas clínicas analisandos que sofrem de sintomas que refletem uma "nova era do sujeito". Com essa expressão, os autores referem-se, em termos lacanianos, à discussão em torno de uma subjetividade marcada pela "era da ciência" ou pelo "discurso capitalista".

No entanto, importa ao psicanalista não lidar simplesmente com a demanda do mercado, mas manejar a transferência e, por conseguinte, a demanda do sujeito. É sob essa ótica que se impõe uma questão decisiva para a clínica contemporânea: como operar diante de um sujeito cujas formas de demanda, gozo e relação ao Outro se encontram profundamente moduladas pela gramática neoliberal, isto é, por imperativos de desempenho, otimização e empreendedorismo de si que já se apresentam, desde a entrada em análise, como horizonte de inteligibilidade de seu sofrimento?

A interrogação que orienta este trabalho pode, então, ser formulada nos seguintes termos: trata-se de examinar de que modo a demanda endereçada ao analista traz as marcas dessa racionalidade e, ao mesmo tempo, de que maneira a prática analítica pode sustentar-se sem se reduzir a um dispositivo de resposta

---

medida em que reduz um ofício ético a um modelo curricular, desconsiderando que a autorização do analista não se dá por titulação formal. Em razão disso, o Movimento elaborou manifesto público, promoveu articulações institucionais e encaminhou, em 2022, nota técnica aos órgãos competentes do Ministério da Educação, posicionando-se contrariamente à criação do referido curso (Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2022, n.p).

3 Ao longo deste artigo, empregamos a noção de "gramática neoliberal" em distinção à "racionalidade neoliberal" (Dardot & Laval, 2016). Apoiamo-nos em Wittgenstein (2023), para quem "gramática" não é um conjunto fixo de regras linguísticas, mas o terreno normativo, indissociável das formas de vida, que delimita as condições de possibilidade do dizer e do fazer em dado horizonte histórico. Se a racionalidade descreve a gestão das condutas em escala macroestrutural, a gramática permite apreender, em nível micrológico, as regras que organizam as formas de dizer, desejar e gozar na experiência do sujeito como "empreendedor de si".

adaptativa. Em outras palavras, o problema não consiste apenas em reconhecer a incidência da gramática neoliberal sobre o sujeito, mas em delimitar as condições sob as quais a escuta analítica pode operar sem se deixar capturar pela lógica que organiza essa própria demanda.

Diante desse cenário, outra problemática se impõe, agora dirigida à própria formação do analista. Se aquele que escuta também está imerso nessa mesma gramática, convocado a aparecer, vender, performar e rentabilizar sua escuta, o que resta do fazer analítico quando o próprio analista é interpelado por essa lógica que demanda gestão, eficiência e resultados mensuráveis? Não por acaso, proliferam cursos relâmpago com direito a carteirinha, pacotes terapêuticos e promessas de "clínica cheia em três meses", para não mencionar o já citado bacharelado em psicanálise.

Cogita-se, então, que a prática psicanalítica, quando capturada por essa lógica de mercado, deixa de se fundamentar a partir da falta constitutiva do sujeito para oferecer, em seu lugar, preenchimentos simbólicos e soluções identitárias. O que se perde nesse giro é o ponto de silêncio que funda a escuta e a função do analista como operador do vazio. Coloca-se, assim, a segunda questão central deste trabalho: como sustentar uma formação que preserve o desejo do analista em sua dimensão ética quando a própria noção de formação é interpelada, a todo instante, pelos imperativos neoliberais de velocidade, eficiência e certificação?

No neoliberalismo, a psicanálise se vê convocada a assumir uma posição sintomática: ao mesmo tempo que pode ser *cooptada* pela lógica da técnica capitalista e da *performance*, ela também pode fazer obstáculo a essa mesma lógica, sustentando a impossibilidade de uma conciliação plena entre o sujeito do inconsciente e o sujeito empreendedor de si. Como não reduzir a experiência analítica a mais um produto no mercado de otimização subjetiva?

É nesse solo fértil, moldado pela gramática da *performance*, que a questão da formação do analista e do manejo da clínica emerge com toda a sua urgência. É sob esse prisma, estruturado pelos imperativos de desempenho, que a questão da formação do analista e do manejo da clínica se torna particularmente urgente.

O sujeito e sua demanda no neoliberalismo: psicanalistas não são ortopedistas

Para enfrentar a primeira interrogação — de que modo a demanda endereçada ao analista traz marcas do neoliberalismo e como sustentar uma clínica que não se limite a respostas adaptativas —, impõe-se situar o conceito de *demanda* em psicanálise, o que exige, preliminarmente, precisar o estatuto do *sujeito* que demanda ao analista na contemporaneidade. Como observa Mariz (2023), o sujeito da psicanálise é constitutivamente clivado e dividido, não se reduzindo às

nomeações que lhe são atribuídas em determinado horizonte histórico. A partir desse ângulo, a nomeação não opera de maneira unívoca: se, por um lado, pode reproduzir a norma e reinscrever o sujeito nos discursos dominantes de sua época, por outro, também pode funcionar como operador de inscrição na temporalidade de sua experiência, abrindo a possibilidade de uma articulação singular com o próprio sofrimento.

Partindo dessa tensão entre nomeação e divisão constitutiva, recorremos a Dardot e Laval (2016, p. 321) que, no entrecruzamento de sociologia e psicanálise lacaniana, propõem a ideia de um "sujeito neoliberal",[4] que é aquele marcado pelo "correlato de um dispositivo de desempenho e gozo". Como eles recordam, porém, o sujeito da psicanálise em Lacan não corresponde a uma "substância eterna nem invariante trans-histórica, mas efeito de discursos que se inserem na história e na sociedade" (Dardot & Laval, 2016, p. 321). Mas o neoliberalismo *não* quer saber nada d-*isso*, pois sua proposta visa a "homogeneização do discurso do homem" sob sua gramática que é "em torno da figura da empresa" (Dardot & Laval, 2016, p. 326). Eles concluem, que essa "nova figura do sujeito opera uma unificação sem precedentes das formas plurais de subjetividade que a democracia liberal permitiu que se conservassem e das quais sabia aproveitar-se para perpetuar sua existência" (Dardot & Laval, 2016, p. 326).

Encontramos, nesse contexto, conforme indicam Dardot e Laval (2016), a figura de um sujeito "unitário", inteiramente envolvido em si mesmo, para o qual "a realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o 'colaborador' da empresa, enfim, o desejo, com todos os nomes que se queira dar a ele, é o alvo do novo poder" (Dardot & Laval, 2016, p. 327). Trata-se de um sujeito cuja economia desejante é diretamente capturada pelos dispositivos de gestão, a ponto de os autores caracterizarem a gestão moderna como um governo "lacaniano", na medida em que "o desejo do sujeito é o desejo do Outro, desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito" (Dardot & Laval, 2016, p. 327).

Em contraponto a tal imperativo contemporâneo, como destaca Miller (2011), a prática psicanalítica deve sustentar a singularidade radical do desejo, recusando sua redução a um vetor de adaptação ou desempenho. Trata-se, portanto, de um sujeito que não se deixa inscrever integralmente na equação do imperativo neoliberal de formatação unitária das subjetividades, justamente porque sua divisão constitutiva resiste a toda tentativa de homogeneização.

O Outro, para o sujeito neoliberal, é a própria gramática que produz de maneira homogênea todos os modos de relação no laço social. Nas palavras de Fernandes e Moreira (2024, p. 71, grifo do original): "o discurso capitalista vinculado à ra-

4 Os autores também o denominam *"neossujeito"* (Dardot & Laval, 2016, p. 327).

cionalidade neoliberal (…) reverbera e potencializa um laço social estabelecido por relações de *gozo*". Todos agora "devem" desejar apenas performar, otimizar e produzir como empresa de si mesmo. Como consequência de um laço social estabelecido nesses moldes, "parece haver não um mal-estar na renúncia antes imposta pelos discursos que sustentam o laço social. Mas agora o mal-estar estaria no fato de o discurso capitalista vinculado a uma racionalidade neoliberal dizer ao sujeito: goze ilimitadamente" (Fernandes & Moreira, 2024, p. 72).

A atualidade dessa crítica torna-se evidente quando observamos não ser incomum a pessoa sob neoliberalismo chegar ao consultório solicitando não uma experiência de interrogação de seu desejo, mas sim uma ferramenta que o ajude a performar melhor, a eliminar os entraves que o impedem de ser bem-sucedido, a se "reeducar" para atender com mais eficiência às demandas do mercado.

Mas essa demanda por uma clínica adaptativa não é nova, no trabalho, "A direção do tratamento e os princípios do seu poder", Lacan (1958/1998, p. 591) denunciava que em sua época já se empenhavam, "sob o nome de psicanálise, numa 'reeducação emocional do paciente'". A crítica visa justamente aqueles que colocavam a prática psicanalítica a serviço de um ajustamento do sujeito, como se o tratamento devesse endireitar condutas, corrigir desvios ou adaptar o indivíduo às normas vigentes. Pois bem, esse tipo de expectativa que encontramos hoje potencializada pela gramática neoliberal: o sujeito chega na clínica solicitando não uma experiência de interrogação de seu desejo e sintoma, mas sim uma ferramenta que o ajude a performar melhor, a eliminar os entraves que o impedem de ser bem-sucedido, a se "reeducar" para atender com mais eficiência às demandas do mercado. Mas o que está em jogo nessa solicitação? Para responder e avançarmos na discussão, é preciso distinguir *demanda*, *necessidade* e *desejo*.

Como lembra Lacan (1958/1998, p. 592): "O psicanalista certamente dirige o tratamento". E se tem uma coisa que não deve acontecer nessa "direção", como é de conhecimento geral, é o analista ceder a demanda de seu paciente (Vernizi & Lustosa, 2025). A *demanda*, em psicanálise, não se confunde com a *necessidade* biológica. Esta, a necessidade, é aquilo que poderia ser satisfeito por um objeto concreto: a fome pelo alimento, a sede pela água, etc. No entanto, ao ter de passar pelos "desfilamentos do significante" (Lacan, 1958/1998, p. 634), a *necessidade se aliena na demanda*, que é sempre endereçada ao *Outro*. Mais do que pedir um objeto, o sujeito demanda *amor*, demanda a *presença*, o *reconhecimento* daquele a quem se dirige.

Daí o paradoxo fundamental: quanto mais a necessidade articulada na demanda é satisfeita, mais o sujeito fica privado daquilo que verdadeiramente importa, pois "a satisfação da necessidade só aparece aí como o *engodo* em que a demanda de amor é esmagada" (Lacan, 1958/1998, p. 634). O exemplo da anorexia mental oferecida por Lacan (1958/1998) nesse contexto é paradigmático: a criança ali-

mentada com mais amor recusa o alimento, demonstrando que sua fome não é de comida, mas de outra coisa, algo que o *Outro* não pode simplesmente dar porque também *lhe* falta.

Ora, uma leitura possível da crítica de Lacan (1958/1998) à "reeducação emocional" é que ela já antecipava o risco de a psicanálise se trair quando se deixa capturar pelo engodo de que sua tarefa consistiria em responder à demanda tal como ela se apresenta. Se a demanda é, em sua estrutura, sempre demanda de amor, mas comparece revestida pelos significantes da necessidade, isto é, sob a forma de um pedido por objeto, solução ou técnica, o analista que se apressa em oferecer o que lhe é solicitado acaba por esmagar justamente aquilo que nela se veicula sem dizer. Ele repete, assim, no *setting*, o gesto da mãe que oferece a "papinha sufocante" (Lacan, 1958/1998, p. 634) no lugar da falta.

É nesse intervalo, nesse *para-além* da demanda, que o desejo do sujeito se produz. O desejo não se confunde com o pedido consciente articulado pelo eu; ele é aquilo que insiste, que se manifesta nos tropeços da fala, nos sonhos, nos atos falhos, e que não pode ser simplesmente preenchido por nenhum objeto. Uma vez munidos da diferenciação entre demanda, necessidade e desejo, podemos entender agora, de que modo a gramática neoliberal faz emergir marcas em boa parte dos analisandos que chegam à clínica contemporânea.

De modo análogo ao ortopedista que visa a endireitar uma fratura, recolocando os ossos em sua posição e imobilizando o corpo por meio do gesso até que este retome sua forma considerada adequada, corre-se o risco de conceber o sofrimento psíquico como um desvio a ser corrigido, um desalinhamento a ser reconduzido a um padrão de normalidade. Nessa perspectiva, o sintoma é tomado como falha funcional, e não como formação do inconsciente.

O analista que, ainda que parcialmente, adere a essa lógica — supondo que o problema do sujeito seja de ordem pedagógica ou corretiva, tal como a própria demanda frequentemente se apresenta — pode acabar por oferecer um espaço adaptativo e reeducativo. Em vez de operar sobre a divisão subjetiva e sustentar a hiância entre demanda e desejo, ele se vê convocado a responder com técnicas, orientações ou ajustes que funcionam como um "*gesso*" para o mal-estar: uma contenção que estabiliza, mas que, ao mesmo tempo, impede o trabalho do inconsciente.

O que se produz, nesse caso, é uma clínica orientada pela normatividade, na qual o objetivo tácito passa a ser a reintegração do sujeito aos circuitos de desempenho e funcionalidade exigidos pelo laço social contemporâneo. A gramática neoliberal encontra, aí, um terreno fértil: ao transformar o sofrimento em disfunção e a análise em ferramenta de correção, ela radicaliza a expectativa de que o sujeito deva ser continuamente ajustado, otimizado e devolvido, sem restos, ao regime de *performance*. É precisamente essa a armadilha que se potencializa ao extremo.

O sujeito na contemporaneidade, capturado pelos imperativos do empreendedorismo de si (Dardot & Laval, 2016), da *performance* e da otimização, dirige ao analista uma demanda que já vem moldada por essa lógica: ele quer uma "reeducação" de seu eu, um treinamento emocional que o torne mais eficiente, uma técnica que elimine rapidamente o sofrimento e o devolva, atualizado, ao circuito produtivo. Refere-se a uma demanda que pede objetos, métodos, protocolos, e que corre o risco de reduzir a análise a mais um recurso de gestão de si. Nisso está o sucesso de que falamos nos exemplos de cursos, bacharelado em psicanálise, treinamentos oferecidos por coachings e no enlace das disciplinas econômicas e psicológicas.

A fala de uma analisanda, em atendimento *online*, ilustra essa configuração. Em uma sessão, ela perguntou: "O que você acha que devo fazer?", referindo-se a crises de ansiedade ao se aproximar do trabalho. A intervenção analítica consistiu em um corte: "O que a leva a supor que eu detenha uma resposta capaz de resolver seu sintoma?". Sua reação foi dizer: "Tem vezes que preciso da sua opinião, mas você sempre devolve com outro problema". Com esse *corte*, mesmo que simples, funcionou enquanto uma recusa de entregar o "produto" solicitado pela demanda da analisanda, sustentando o lugar vazio de onde o desejo dela poderia, quem sabe, interrogar-se para além do pedido.

Outro ponto crucial no caso da referida paciente diz respeito ao recurso ao dispositivo *online*. Aqui, ele não é contingente, mas condensa um modo de relação no qual a demanda tende a se apresentar sob a forma de uma exigência de resposta imediata. A pergunta "o que você acha que devo fazer?", dirigida ao analista, não apenas solicita uma orientação, mas supõe a existência de um saber disponível e prontamente acionável, ao qual caberia oferecer uma solução eficaz para o impasse vivido.

Esse traço se articula, ainda, ao modo como a própria paciente organiza o *setting*: ao solicitar atendimentos *online* em função de sua circulação constante por diferentes espaços, realizando sessões em deslocamento, inclusive no interior do automóvel ou em estacionamentos, a análise é convocada a se ajustar à lógica da disponibilidade contínua. Não se trata aqui de tomar tais condições como problema em si, mas de reconhecer nelas a inscrição de um modo de relação atravessado por imperativos de mobilidade, imediatismo e resposta, que se afinam com a gramática neoliberal.

Cogita-se, então, que o analista não deve se deixar capturar pela lógica do mercado nem pelo ideal do empreendedor de si. Diante de uma demanda marcada pela gramática neoliberal, que comparece na clínica sob a forma de um pedido de desempenho e adequação, a resposta analítica não consiste em satisfazê-la, mas em sustentar o intervalo estrutural entre demanda e desejo. Isso porque a psicanálise se apoia na própria estrutura da experiência analítica, que implica recusar a

ocupação de uma função de ortopedia subjetiva e manter aberta a disjunção entre o que é pedido e o que, na demanda, insiste como desejo. Ao não preencher a falta, a clínica assim orientada preserva o ponto de não coincidência do sujeito consigo mesmo, evitando retroalimentar o imperativo de *gozo* ao qual ele se encontra submetido no laço social (Fernandes & Moreira, 2024). Trata-se, nesse sentido, de sustentar aquilo que resiste à homogeneização performática e impede sua redução à figura unitária da empresa, tal como promovida pela gramática neoliberal.

A (de)formação do analista no neoliberalismo: logo sua psicanálise caberá em alguns reai$?

Se, até aqui, buscou-se responder à primeira questão relativa ao manejo da demanda na clínica contemporânea, impõe-se agora retomar a segunda interrogação que orienta este trabalho: de que modo sustentar uma formação que preserve o desejo do analista em sua dimensão ética, quando a própria noção de formação é continuamente interpelada pelos imperativos neoliberais de velocidade, eficiência e certificação?

Nesse aspecto, o problema se desloca: o sujeito já chega à clínica com uma demanda marcada por essa gramática, e cabe à prática analítica sustentar a hiância entre essa demanda e o desejo que nela se vela. Resta, então, interrogar o que se torna do fazer analítico quando o próprio analista se vê interpelado por essa mesma lógica que lhe impõe gestão, eficiência e resultados mensuráveis. Coloca-se, assim, a urgência de problematizar que tipo de formação pode sustentar aquele que se propõe a responder aos impasses de sua época. O psicanalista não está imune à discursividade que organiza o laço social; se não se detiver sobre a orientação de seu próprio percurso, corre o risco de reproduzir, em sua prática, a lógica tautológica do gozo que pretenderia combater.

Como marco, é preciso destacar que não há aqui o interesse de remontar as diferentes modalidades e escolas de formação pelas quais os psicanalistas podem se autorizar. Visa-se, tão somente, a destacar elementos que possam sustentar uma formação que preserve o desejo do analista em sua dimensão ética, em uma tradição *freudolacaniana*. Não se trata de defender uma interpretação unívoca da clínica em Freud, sobretudo em sua metapsicologia articulada entre Id, Ego e Superego e a dinâmica pulsional, como uma transposição equivalente à proposta de Lacan no enodamento de R.S.I. e na economia política do gozo. Mas, sim, de interrogar qual horizonte ético norteia o psicanalista, a despeito das distintas variações teóricas na clínica contemporânea.

Tomamos de forma breve como ponto de partida, a clássica noção que Freud formaliza, mesmo que indiretamente, como tripé de formação do psicanalista, análise pessoal, supervisão e estudo teórico, principalmente em seus textos técnicos, com

destaque para: "Sobre o ensino da psicanálise nas universidades" (1919), "A questão da análise leiga" (1926) e "Análise terminável e interminável" (1937). Compreendemos que essa proposta visava garantir a qualificação técnica e ética dos analistas no interior da Associação Psicanalítica Internacional (IPA do inglês International Psychoanalytical Association), sobretudo como resposta à proliferação dos chamados "psicanalistas selvagens" que praticavam a clínica sem a preparação necessária.

Em "Deve-se ensinar psicanálise nas universidades?", Freud (1919/2010b) já advertia que, embora a universidade pudesse ensinar sobre psicanálise, a formação propriamente dita — aquela que autoriza alguém a praticá-la — dependia de algo que nenhum currículo pode oferecer: a análise pessoal. O saber teórico, por si só, não faz um analista; é preciso que o sujeito se submeta à experiência de seu próprio inconsciente. Mais tarde, em "A questão da análise leiga", Freud (1926/2014) radicaliza essa posição ao sustentar que o que qualifica o analista não é um diploma médico ou universitário, mas sim a análise pessoal. A formação não se mede por certificados, mas pela travessia que o sujeito realiza em sua própria análise. Eis aí um contraponto direto à lógica contemporânea dos cursos relâmpago que prometem a "carteira de psicanalista" em poucos meses: para Freud, o que autoriza o analista é justamente aquilo que não pode ser comprado nem atestado por qualquer instituição de ensino.

Por fim, em "Análise terminável e interminável", Freud (1937/2018) reconhece que a análise do analista é, ela mesma, interminável. Não se trata de um processo que se conclui com um certificado, mas de uma posição ética que exige retornos periódicos à própria análise, revisitando os "pontos cegos" que o tempo e a prática clínica fazem emergir. A formação, assim, não é um produto que se adquire, mas um processo que se sustenta no reconhecimento da própria incompletude.

No trabalho "Recomendações ao médico que pratica a psicanálise", Freud (1912/2010a, p. 158) já estabelecia que a formação em psicanálise exige a implicação subjetiva por meio da análise do próprio inconsciente, advertindo que aquele que não se submete a essa precaução "facilmente cairá na tentação de projetar sobre a ciência, como teoria de validade geral, aquilo que obscura percepção ele enxerga das peculiaridades de sua própria pessoa, carregando descrédito para o próprio método psicanalítico e desencaminhando os inexperientes". Quando essa travessia é substituída por um certificado, a formação tende a se converter em valor negociável, algo que pode ser adquirido, contabilizado e, em última instância, cotado em reai$. Nesse deslocamento, o ato analítico corre o risco de se transformar em produto de mercado.

Não se trata aqui de um mero recurso retórico ou de uma tergiversação. Ela se sustenta, antes, em um jogo significante que a língua portuguesa torna operante: a homofonia entre "reais" — a moeda que circula no mercado, que compra certifica-

dos, cursos rápidos e pacotes terapêuticos — e "real", no sentido lacaniano do termo. Esse designa aquilo que escapa, no ser falante, a toda simbolização, resistindo a qualquer tentativa de apreensão pelo significante. O real é o impossível de suportar, o furo no saber, o ponto em que o sujeito se confronta com o que não cessa de não se escrever (Lacan, 1972-1973/1985). É justamente desse real que o analista, em sua formação, deveria se aproximar, não para dominá-lo, mas para aprender a habitá-lo, a sustentá-lo como vazio em torno do qual o desejo se organiza.

Ora, se o neoliberalismo não quer saber do sujeito clivado, dividido pela linguagem e pelo inconsciente, como vimos anteriormente, tampouco quer saber do real que esse sujeito carrega. Ele quer apagá-lo, suturá-lo, convertê-lo em mais um item no catálogo de ofertas. Quando a formação se reduz a um certificado, o que se perde é justamente a experiência do real — aquela que não pode ser comprada, que não cabe em nenhuma grade curricular, que exige tempo, travessia e implicação subjetiva. O analista que forma sua escuta apenas nos cursos relâmpago, sem passar pelo crivo de sua própria análise, sem uma perspectiva teórica aguçada e sem submeter seus casos à supervisão, arrisca-se a jamais encontrar o real que o constitui e que constitui cada analisante que o procura. Ele opera, então, com uma escuta sem furo, que oferece apenas aquilo que o sujeito já sabe que quer ouvir: conselhos, técnicas, soluções e a reintrodução em sua própria lógica de gozo.

Cotar o desejo do analista em reais é, nesse sentido, mais do que mercantilizar a psicanálise. É tentar reduzir o real ao simbólico, fazer crer que tudo pode ser dito, tudo pode ser ensinado, tudo pode ser comprado. É a ilusão neoliberal por excelência: a de que não há resto, não há falta, não há impossível. Mas o real insiste e quando ele retorna — na forma de um sintoma que não cede, de uma angústia que não se acalma com o décimo quinto conselho, de um corpo que não performa apesar de todo treinamento emocional — o sujeito se vê novamente confrontado com aquilo que o dinheiro não compra. Resta saber se, nesse momento, encontrará um analista ou apenas mais um ortopedista da alma.

Com a gramática neoliberal, o analista é convocado a assumir a posição de quem deve aparecer, vender, performar e rentabilizar sua escuta. Não por acaso, proliferam cursos relâmpago com direito a carteirinha, pacotes terapêuticos e promessas de "clínica cheia em três meses", para não mencionar o já citado bacharelado em psicanálise. Neste último surge um atrito quando pensamos na natureza da psicanálise, não como ente ontológico, por óbvio, mas por sua diretriz ética de como se dá sua transmissão. Como alerta Sá (2023), "a psicanálise não se ensina, se transmite!" Logo, seria viável a transmissão em uma universidade local em que o ensino é tido como um dos pilares basilar? A resposta que a autora oferece é que "o saber preconizado na universidade está balizado pelo discurso científico que se vale da asserção feita pela 'ciência' de que o conhecimento é capaz

de recobrir o real da experiência, antevendo determinado modo de operar com 'a verdade'" (Sá, 2023, p. 262).

Vemos, assim, que esse modelo de ensino da psicanálise na universidade atende mais à lógica do mercado, sobretudo quando se trata das faculdades privadas. Não que as universidades públicas sejam um oásis de pureza e desvinculadas de qualquer discurso que atenda às premissas da gramática neoliberal, mas porque, para sua sobrevivência no mar de sujeitos com demandas que visam à otimização e à *performance*, nada melhor aos seus anseios do que aquelas que também têm pressa para que saiam os antigos alunos e cheguem os novos calouros empreendedores de si.

Ao observar a proliferação dessas ofertas de "formação rápida" em psicanálise, que prometem retorno financeiro em curto prazo, Figueiredo (2023) nos adverte para o risco de reagirmos a esse fenômeno apenas com a defesa de uma "reserva de mercado". Para o autor, antes mesmo de uma defesa corporativa da psicanálise, seria necessário desmascarar o caráter oportunista e, muitas vezes, de propaganda enganosa presente nesses cursos, que se aproveitam da ingenuidade dos que buscam uma formação. A questão, portanto, não é apenas proteger um campo de saber, mas sim alertar para um engodo que fere o consumidor e deturpa o que se entende por transmissão da psicanálise.

Diante desse cenário, o que resta ao fazer analítico não é uma essência imutável a ser preservada em um cofre, mas sim uma posição ética a ser reafirmada a cada ato. Resta ao analista a tarefa de sustentar o real que o neoliberalismo insiste em suturar, recusando a ilusão de que o desejo pode ser cotado em reais ou que a formação pode ser reduzida a um certificado de conclusão rápida. Como nos lembra Sá (2023), se a psicanálise não se ensina, mas se transmite, o que resta ao analista é justamente ocupar o lugar dessa transmissão; um lugar que exige a travessia de uma análise pessoal, a implicação com a própria incompletude e a recusa em oferecer respostas prontas para as perguntas que o mercado fabrica.

Portanto, se a lógica neoliberal oferece pacotes e promessas de completude, o que resta ao analista é, como sugere Figueiredo (2023), exercer uma função quase de "defesa do consumidor do inconsciente": desmascarar a propaganda enganosa que promete a eliminação do sofrimento e denunciar os cursos que vendem uma pretensa mestria sem a necessária travessia pelo real. O que resta, em suma, é a aposta no desejo do analista como aquilo que, por não poder ser comprado, ainda pode fazer furo no discurso corrente: um furo por onde o sujeito, talvez, possa finalmente advir.

Referências bibliográficas

Alemán, J. (2022). Horizontes neoliberais na subjetividade (M. C. Gomes, Trad.). *Analytica*, *11*(21), 1-24. Recuperado de https://doi.org/10.69751/arp.v11i21.4803

Associação Psicanalítica de Porto Alegre. (s.d.). *Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras*. Recuperado de https://appoa.org.br/movimento/nota-tecnica-sobre-cursos-de-graduacao-em-psicanalise/2018

Badin, R., & Martinho, M. H. (2018). O discurso capitalista e seus gadgets. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, *10*, 140-154. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912018000200003

Braunstein, N. A. (2010). O discurso capitalista: quinto discurso? *A Peste*, *2*(1), 143-165. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/article/view/12079/8752

Danziato, L. B., Costa, R. M. L., & Arruda, P. H. (2023). Os efeitos políticos e clínicos da governamentalidade neoliberal: um ensaio psicanalítico. *Psicologia em Estudo*, *28*, 1-13. Recuperado de https://doi.org/10.4025/psicolestud.v28i0.54160

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (M. Echalar, Trad.). São Paulo: Boitempo.

Estevão, I., & Prudente, S. (2019). Psicanálise e sujeito neoliberal: "Logo, toda sua psicanálise caberá dentro de uma pílula". *Clínica & Cultura*, *8*(2), 122-140. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000200010

Fernandes, D. A., & Moreira, J. D. (2024). Entre a angústia e o gozo. *Stylus: Revista de Psicanálise*, (49), 65-77. Recuperado de https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/1131

Figueiredo, L. C. (2023). Em torno da formação do analista: como ir além da reserva de mercado. In A. P. de Almeida (Org.), *Muito além da formação: diálogos sobre a transmissão e a democratização da psicanálise* (pp. 203-214). São Paulo: Blucher.

Freud, S. (2010a). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In S. Freud. *Obras completas* (Vol. 10, pp. 147-162). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912)

Freud, S. (2010b). Deve-se ensinar psicanálise nas universidades? In S. Freud. *Obras completas* (Vol. 14, pp. 377-381). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919)

Freud, S. (2014). A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial. In S. Freud. *Obras completas* (Vol. 17, pp. 124-217). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)

Freud, S. (2018). Análise terminável e interminável. In S. Freud. *Obras completas* (Vol. 19, pp. 314-360). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1937)

Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958/1972-1973)

Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)

Mariz, I. (2023). *O sujeito que não se nomeia: psicanálise e neoliberalismo*. São Paulo: Práxis.

Miller, J.-A. (2011). *Perspectivas dos Escritos e Outros escritos de Lacan* (V. A. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

Miller, J.-A. (2012). Os seis paradigmas do gozo. *Opção Lacaniana Online*, *7*, 1-49. Recuperado de http://www.opcaolacaniana.com.br/nranterior/numero7/texto1.html

Peron, P. R. (2023). O desejo de saber e o desejo de analisar. In A. P. de Almeida (Org.), *Muito além da formação: diálogos sobre a transmissão e a democratização da psicanálise* (pp. 257-268). São Paulo: Blucher.

Sá, S. D. (2023). Do ensino à transmissão da psicanálise: é possível graduar-se psicanalista? In A. P. de Almeida (Org.), *Muito além da formação: diálogos sobre a transmissão e a democratização da psicanálise* (pp. 269-288). São Paulo: Blucher.

Santoro, V. C. (2006). Clínica psicanalítica e ética. *Reversa*, 61-66. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v28n53/v28n53a09.pdf

Vernizi, R., & Lustoza, R. Z. (2025). Manejo transferencial e tempo lógico na era do neoliberalismo. *Natureza Humana*, *27*(ed. esp. 2), 97-110. https://www.raco.cat/index.php/QuadernsPsicologia/article/download/v27-n1-santos-anamaria-paravidini/2121-pdf-pt

Wittgenstein, L. (2023). *Investigações filosóficas* (1a ed. eletrônica). Criciúma: Convivivm Editorial.

Recebido: 01/03/2026

Aprovado: 01/08/2026